

Curvelo, 19 de março de 2025.

Mensagem nº 20/2025 Assunto – Encaminha Projeto de Lei nº 037 /2025

> Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Encaminho a Vossas Excelências, para apreciação, o incluso Projeto de Lei que tem por finalidade instituir o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, como instrumento essencial para a captação, repasse e aplicação de recursos destinados à efetivação das políticas públicas voltadas à proteção, promoção e garantia dos direitos das mulheres no Município.

A criação do FMDM está em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade de gênero e da erradicação da discriminação, alinhando-se às diretrizes das legislações federal e estadual que visam fortalecer os direitos das mulheres e assegurar sua plena inclusão social.

A instituição do FMDM se justifica pela necessidade de garantir mecanismos eficazes e permanentes de financiamento para ações estratégicas voltadas à equidade de gênero, prevenção e combate à violência contra a mulher, promoção da saúde feminina, incentivo à educação e capacitação profissional, além do fomento à autonomia econômica e social das mulheres curvelanas.

O FMDM permitirá a captação de recursos provenientes de diversas fontes, incluindo transferências governamentais, doações, convênios e outras receitas específicas, garantindo maior sustentabilidade e efetividade das políticas públicas voltadas à proteção e valorização da mulher. Dessa forma, o FMDM servirá como um meio de consolidar e ampliar os esforços municipais no cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

Além disso, a vinculação do FMDM à Secretaria Municipal de Assistência Social possibilitará uma gestão transparente e eficiente dos recursos, com mecanismos claros de prestação de contas e controle social, assegurando a correta aplicação dos valores arrecadados e sua destinação às ações prioritárias definidas pelo CMDM.

A inclusão das despesas decorrentes desta Lei na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e na Lei Orçamentária Anual – LOA, reforça o compromisso do Poder Executivo em garantir a viabilidade financeira

e orçamentária das políticas públicas voltadas às mulheres, permitindo sua execução de maneira estruturada e contínua.

Assim, a criação do FMDM representa um avanço significativo na promoção da equidade de gênero e no fortalecimento das ações de proteção e valorização da mulher no Município.

Diante do exposto, contamos com a colaboração desta Casa Legislativa para a aprovação do Projeto de Lei, relevante medida legislativa, que contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de qualquer forma de discriminação e violência de gênero.

Atenciosamente,

Luiz Paulo Glória Guimarães Prefeito



Documento assinado eletronicamente por Kelly Cristina de Oliveira Soares, Procuradora Geral do Município, em 19/03/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Luiz Paulo Glória Guimarães, Prefeito Municipal, em 19/03/2025, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto nº 8,539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.curvelo.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador 0039009 e o código CRC EEAC7C51.

Referência: Processo nº 1.01.000102/2025-0

SEI nº 0039009



PROJETO DE LEI Nº 037 /2025

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – FMDM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher – FMDM, como instrumento público municipal para a captação, repasse e aplicação de recursos destinados à efetivação das políticas públicas voltadas à proteção, promoção e garantia dos direitos das mulheres, em consonância com os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei e na Lei nº 2.498, de 30 de março de 2009, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

Art. 2º O FMDM terá como finalidades:

- I assegurar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltados à promoção da equidade de gênero e ao fortalecimento dos direitos das mulheres;
- II financiar estudos, pesquisas e projetos voltados ao bem-estar das mulheres e à erradicação da desigualdade de gêneros;
- III apoiar programas de prevenção e combate à violência contra a mulher, incluindo atendimento especializado às vítimas;
 - IV fomentar ações de inclusão social, educação, saúde e valorização da mulher;
- V desenvolver campanhas educativas, capacitações e eventos de conscientização sobre os direitos das mulheres;
 - VI implementar políticas públicas municipais em consonância com as deliberações do CMDM.
- Art. 3º São instrumentos essenciais à execução das políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres em Curvelo:
 - I o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher CMDM;
 - II o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher FMDM;
 - III outros órgãos e políticas municipais voltados à garantia de direitos das mulheres.
 - Art. 4º Constituirão receitas do FMDM:
- I recursos oriundos de convênios, termos de cooperação ou contratos, de origem nacional ou internacional, destinados ao desenvolvimento de ações voltadas à equidade de gênero;
 - II contribuições, transferências de recursos, subvenções, auxílios ou doações de pessoas físicas,

jurídicas, do setor público e privado, sejam nacionais ou estrangeiras;

- III verbas consignadas nas dotações orçamentárias municipais;
- IV recursos transferidos pela União, pelo Estado de Minas Gerais ou por organizações governamentais ou não governamentais, nacionais ou internacionais;
 - V rendimentos, juros ou ganhos financeiros provenientes de aplicações dos recursos do FMDM;
 - VI multas administrativas ou judiciais aplicadas em conformidade com a legislação vigente;
 - VII outras receitas previstas em legislação específica.
- Art. 5º O FMDM será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social ou a outro órgão equivalente definido pelo Poder Executivo, sob orientação e controle do CMDM.
- §1º Os recursos do FMDM serão movimentados em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos da Mulher".
- §2º A contabilidade do FMDM terá por objetivo evidenciar sua situação financeira e patrimonial, observando os padrões e normas estabelecidos pela legislação vigente.
 - §3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social:
 - I solicitar ao CMDM a definição das prioridades de aplicação dos recursos do FMDM;
- II apresentar, periodicamente, ao CMDM os demonstrativos contábeis da movimentação financeira do FMDM;
- III autorizar, juntamente com a Presidenta do CMDM ou suas substitutas legais, a movimentação dos recursos financeiros do FMDM;
- IV assegurar a publicação de balancetes mensais demonstrativos da receita e despesa na imprensa oficial ou em meios amplamente acessíveis à população.
- Art. 6º O saldo financeiro do FMDM ao final de cada exercício será automaticamente transferido para o exercício seguinte, mantendo-se vinculado às finalidades previstas nesta Lei.
- Art. 7º O CMDM definirá, por meio de deliberação, as prioridades para aplicação dos recursos do FMDM, em conformidade com o planejamento anual e as demandas identificadas no Município.
- Art. 8º O Poder Executivo incluirá, na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, e na Lei Orçamentária Anual LOA, as despesas decorrentes da execução desta Lei, assegurando os recursos necessários para a efetivação das políticas públicas destinadas às mulheres.
 - Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 19 de março de 2025.

Luiz Paulo Glória Guimarães Prefeito



Documento assinado eletronicamente por Kelly Cristina de Oliveira Soares, Procuradora Geral do Município, em 19/03/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Luiz Paulo Glória Guimarães, Prefeito Municipal, em 19/03/2025, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.curvelo.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php? acesso_externo=0, informando o código verificador **0039012** e o código CRC **0ED6ECE5**.

Referência: Processo nº 1.01.000102/2025-0

SEI nº 0039012